DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Boletim do Município de Barra do Piraí - Poderes Executivo e Legislativo | Ano 22 | Nº 128 | 17 de Julho de 2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

Prefeita
Katia Cristina Miki da Silva

Vice-prefeito
Cristiano Gama de Almeida

Secretário Municipal de Governo
Eurico Pinheiro Bernardes Neto

Procurador Geral do Município
Marcelo Basbus Mourão

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
Lucas Latini Adão

Secretário Municipal de Comunicação
Hugo Marques Ribeiro

Secretária Municipal de Fazenda
Viviany Taranto

Secretário Municipal de Planejamento Econômico, Contabilidade e Coordenação
Marcelo Moreira Pessoa

Secretária Municipal de Assistência Social
Marina Viola Tinoco

Secretária Municipal de Obras Públicas
Maria Ilma de Andrade Silva

Secretário Municipal de Água e Esgoto
Carlos Afonso Miranda Marques

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Roger Luís Gama Xavier Machado

Secretário Municipal de Saúde
Cristiano Gama de Almeida

Secretário Municipal de Educação
Flavio Cautiero Horta Jardim Junior - Interino

Secretário Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico
Paulo Rogério de Oliveira Ganem

Secretário Municipal de Turismo
Tadeu Augusto Souto Oliveira

Secretário Municipal de Cultura, Audiovisual e Economia Criativa
Gabriel Ferreira Barbosa

Consultor Legislativo
Heitor Favieri Neto

Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Anderson Ribeiro Pereira

Secretário Municipal do Ambiente e Sustentabilidade
Maurício Coelho Macedo

Secretário Municipal de Agricultura
Eduardo Groetaers Gouvêa

Secretário Municipal de Segurança, Mobilidade Urbana e Ordem Pública
Tadeu Augusto Souto Oliveira - interino

Secretário Municipal de Defesa Civil
Rafael Edgard Champion Barreto

Secretária Municipal da Mulher
Daniella Maria de Oliveira

Secretária Municipal do Bem Estar Animal
Luciene Maria dos Santos

Secretário Especial de Inovação e Tecnologia da Informação
Matheus da Silva Pedroza

Secretário Municipal do Complexo da Califórnia e São José do Turvo
Gabriel Carvalho da Cunha

Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano
Leandro Sardinha Oliveira de Almeida

Diretor do Fundo de Previdência
José Ricardo de Medeiros Leite

Controlador Geral do Município
Bernard Gama Botelho

Comandante da Guarda Municipal
Alessandro Damázio

PODER LEGISLATIVO
Mesa Diretora

Rafael Santos Couto
Presidente

Pedro Fernando de Souza Alves
1° Secretário

Luiz Felippe de Paula Pinto
2° Secretário

Vereadores
Elves Costa dos Santos

Jeordane da Silva Gomes Perino

João Paulo Mariano Novaes

José Mauro da Silva Nascimento

Luciana de Oliveira Maciel de Almeida

Macrei Júnior de Andrade

Thiago Felipe Ponciano Soares

Wanderson Luiz Barbosa Lemos

SUMÁRIO

Secretaria Municipal de Governo.....04
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.....62
Secretaria Municipal de Fazenda.....63



ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNO

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº1171 DE 17 DE JULHO DE 2026

EMENTA: "Abre o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), para a criação de despesa no orçamento programa em vigor e dá outras correlatas providências".

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.386 de 16 de julho de 2026,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), para criação da seguinte despesa, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
01.20	**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ**	
20.18	Secretaria de Segurança, Mobilidade Urbana e Ordem Pública	
20.18.06.091.1021.2012	Manutenção da Secretaria de Ordem Pública	
3.1.90.16.00.00.1752	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	TOTAL	**280.000,00**

Art. 2º. A abertura do Crédito Adicional Especial mencionado no artigo anterior utilizará como fonte de recurso o Excesso de Arrecadação dos Recursos Vinculados ao Trânsito, estimado com base na arrecadação de janeiro a junho de 2026, conforme disposto no artigo 43 e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e documentação comprobatória em anexo.

Art 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ),17 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE
Gabinete da Prefeita

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

DEMONSTRATIVO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR RECURSO

FONTE - RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO

Mês	Receita Estimada	Receita Realizada	Diferença
Jan	R$ 1.998,97	R$ 31.153,73	R$ 29.154,76
Fev	R$ 1.998,97	R$ 32.564,17	R$ 30.565,20
Mar	R$ 1.998,97	R$ 22.656,16	R$ 20.657,19
Abr	R$ 1.998,97	R$ 29.473,03	R$ 27.474,06
Mai	R$ 1.998,97	R$ 30.823,09	R$ 28.824,12
Jun	R$ 1.998,97	R$ 28.781,42	R$ 26.782,45
	a	b	c
Total	**11.993,82**	**175.451,60**	**163.457,78**

Orçado para 2026	Arrecadado até Jun	Média de Arrecadação/Mês	Arrecadação Prevista	Excesso Previsto até Dez
d	e	f = (e / 6)	g = (f x 12)	h
R$ 23.987,64	R$ 175.451,60	R$ 29.241,93	R$ 350.903,20	R$ 326.915,56

Resumo

Saldo do Excesso (h)	R$ 326.915,56
Saldo a ser Utilizado nesta Lei (i)	R$ 280.000,00
Saldo Remanescente (h-i)	R$ 46.915,56

ANEXO II

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

FICHA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO DED.	FR	CÓDIGO APLIC.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO PERÍODO	ARRECADAÇÃO ACUMULADA	APURAÇÃO A ARRECADAR	APURAÇÃO ARREC. A MAIOR
	1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal				16.272.900,00	16.272.900,00	7.414.776,41	7.414.776,41	8.858.123,59	
135	1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	9.5	15000000	000.0001	-3.817.100,00	-3.817.100,00	-1.853.694,14	-1.853.694,14	-1.963.405,86	
134	1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal		15000000	000.0001	20.090.000,00	20.090.000,00	9.268.470,55	9.268.470,55	10.821.529,45	
	1.7.2.1.52	Cota-Parte do IPI - Municípios				1.305.038,65	1.305.038,65	591.099,56	591.099,56	713.939,09	
	1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal				1.305.038,65	1.305.038,65	591.099,56	591.099,56	713.939,09	
137	1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	9.5	15000000	000.0001	-326.259,66	-326.259,66	-147.774,93	-147.774,93	-178.484,73	
136	1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal		15000000	000.0001	1.631.298,31	1.631.298,31	738.874,49	738.874,49	892.423,82	
	1.7.2.1.53	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico				113.400,00	113.400,00	52.119,77	52.119,77	61.280,23	
138	1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal		17500000	000.0030	113.400,00	113.400,00	52.119,77	52.119,77	61.280,23	
	1.7.2.2	**Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Natura**				**6.097.203,41**	**6.097.203,41**	**2.538.462,20**	**2.538.462,20**	**3.558.741,21**	
	1.7.2.2.52	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo				6.097.203,41	6.097.203,41	2.538.462,20	2.538.462,20	3.558.741,21	
139	1.7.2.2.52.0.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal		17050000	000.0004	6.097.203,41	6.097.203,41	2.538.462,20	2.538.462,20	3.558.741,21	
	1.7.5	**Transferências de Outras Instituições Públicas**				**65.410.926,00**	**65.410.926,00**	**28.130.265,25**	**28.130.265,25**	**37.280.660,75**	
	1.7.5.1	**Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educa**				**65.410.926,00**	**65.410.926,00**	**28.130.265,25**	**28.130.265,25**	**37.280.660,75**	
	1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica				65.410.926,00	65.410.926,00	28.130.265,25	28.130.265,25	37.280.660,75	
140	1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica		15400000	000.0015	65.410.926,00	65.410.926,00	28.130.265,25	28.130.265,25	37.280.660,75	
	1.9	**Outras Receitas Correntes**				**6.491.869,35**	**6.491.869,35**	**2.079.796,98**	**2.079.796,98**	**4.412.072,37**	
	1.9.1	**Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais**				**1.637.249,18**	**1.637.249,18**	**176.952,43**	**176.952,43**	**1.460.296,75**	
	1.9.1.1	**Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais**				**1.637.249,18**	**1.637.249,18**	**176.952,43**	**176.952,43**	**1.460.296,75**	
	1.9.1.1.01	Multas Previstas em Legislação Específica				1.613.261,54	1.613.261,54	1.500,83	1.500,83	1.611.760,71	
141	1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal		15000000	000.0001	1.613.261,54	1.613.261,54	1.500,83	1.500,83	1.611.760,71	
	1.9.1.1.14	Multas Previstas no Código de Trânsite Brasileiro - CTB				23.987,64	23.987,64	175.451,60	175.451,60		151.463,96
142	1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal		17320000	000.0051	23.987,64	23.987,64	175.451,60	175.451,60		151.463,96

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO garante autenticidade deste documento visualizado diretamente no portal www.barradopirai.rj.gov.br

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE
Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº1172 DE 17 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "Abre o Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 4.452.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais)**, para reforço de saldo de dotações consignadas no Orçamento Programa em vigor e dá outras correlatas providências".

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.387 de 16 de julho de 2026,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 4.452.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais)**, para reforço das seguintes dotações, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Ficha	Recurso	Elemento de Despesa	
Número	Fonte de Recurso STN	Conta	Valor em R$
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI			
01.20 - Executivo			
01.20.07 - Secretaria de Administração e Recursos Humanos			
04.128.1008.4059 - Gestão da Administração de Recursos Humanos			
95	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	214.000,00
01.20.09 - Secretaria de Fazenda			
04.123.1013.2036 - Gestão Fazendária			
162	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	700.000,00
01.20.11 - Secretaria de Educação			
12.361.1006.2072 - Prog. Administ. e Manutenção do Ens. Fundamental			
269	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	738.000,00
273	1573 - ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.200.000,00
01.20.13 - Secretaria de Serviços Públicos			
04.452.1011.2033 - Desenvolvimento da Política de Serviços Urbanos			
419	1705 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	600.000,00
		TOTAL	**4.452.000,00**

Art. 2º. Para permitir a abertura do Crédito Adicional Suplementar, mencionado no artigo anterior, serão utilizadas como fonte de recurso as anulações parciais e na forma que prevê o artigo 43 e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE
Gabinete da Prefeita

ANULAÇÃO

Ficha / Número	Recurso / Fonte de Recurso STN	Elemento de Despesa / Conta	Valor em R$
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI			
01.20 - Executivo			
01.20.09 - Secretaria de Fazenda			
28.841.1000.8001 - Encargos com a Dívida Contratada			
177	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	550.000,00
01.20.10 - Secretaria Municipal do Ambiente e Sustentabilidade			
18.541.1005.2024 - Desenvolvimento da Política Ambiental			
193	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
01.20.11 - Secretaria de Educação			
12.361.1006.1100 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA			
217	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	952.000,00
229	1573 - ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	2.200.000,00
01.20.13 - Secretaria de Serviços Públicos			
15.451.1005.1006 - Construção e Reforma de Vias Públicas			
437	1705 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	600.000,00
		TOTAL	**4.452.000,00**

Art 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ),17 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 1173 DE 17 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "Abre o **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** no valor de R$800.000,00 (oitocentos mil reais), referente ao repasse de Emenda da Comissão de Saúde,

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 1°, da Lei Municipal nº 4.388 de 16 de julho de 2026,

Art. 1º. Fica aberto o **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**, no valor de R$800.000,00 (oitocentos mil reais), para criação a seguinte despesa à saber:

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
06	Fundo Municipal de Saúde de Barra do Pirai	
06.30.04	Fundo Municipal de Saúde de Barra do Pirai	
06.30.04.10.302.0020.8036	Incremento ao Custeio de Média e Alta Complexidade MAC – EMENDA 43110002	
3.3.90.39.00.006.0022.16313110	Outros Sv 3º - Pessoas Jurídicas	**800.000,00**
	TOTAL	**800.000,00**

Art. 2º. Para viabilizar a abertura de crédito adicional especial, informamos que a fonte de recursos será proveniente da Portaria GM/MS nº 11.067, de 08 de maio de 2026 - proposta nº 36000791315202600. O referido montante destina-se ao incremento do custeio de Média e Alta Complexidade (MAC) em parcela única, já tendo sido creditado na conta do Fundo Municipal de Saúde de Barra do Piraí, conforme comprovantes anexos.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 17 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

ANEXO I

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Saúde

quinta-feira, 07 de maio de 2026

PROPOSTA DE INCREMENTO MAC

Nº da Proposta	Ano
36000791315202600	2026

CNPJ	Beneficiário	Esfera Administrativa
01606604000149	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	03

Tipo de Beneficiário
FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL

Dirigente	CPF do Dirigente
Responsável Legal não cadastrado	Responsável Legal não

População	Telefone	Município	CEP
98.506		BARRA DO PIRAÍ	27.130-430

Endereço
MOREIRA DOS SANTOS, CENTRO

E-mail

RECURSO DA PROPOSTA

Recurso
EMENDA PARLAMENTAR

Objeto
INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Composição	Número	Valor
EMENDA	43110002	800.000,00

Estabelecimentos Beneficiados - CNES

Estabelecimento	CNES	Valor
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	6403638	R$ 800.000,00

Valor da Proposta: R$ ***800.000,00***

DADOS DO(S) PLANO(S) DE TRABALHO(S)

Unidade Benecificiada	Valor
SMS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	800.000,00

Programa
INCREMENTO AO CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

AÇÕES E SERVIÇOS - METAS QUANTITATIVAS/QUALITATIVAS

MÉDIA COMPLEXIDADE

	Valor
Procedimentos com Finalidade Diagnóstica	400.000,00
Procedimentos Clínicos	400.000,00

Justificativa

RESPOSTA À DILIGÊNCIA:

------> DEMANDA REPRIMIDA DE EXAMES OFTAMOLÓGICOS

EXAMES E PROCEDIMENTOS OFTAMOLÓGICOS / DEMANDA REPRIMIDA
CIRURGIAS CALAZIO 32
CIRURGIAS PTERÍGIO 21
CIRURGIAS OCULOPLASTIA 9
CIRURGIAS BLEFAROSPLASTIA 15
ANGIOGRAFIA (RETINOGRAFIA)FLORESCENTE 158
MICROSCOPIA ESPECULAR2
CATARATA 35

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

ESTRABISMO	2	
CAPSULOTOMIA	98	
TESTE ORTÓPTICO		12
FOTOCOAGULAÇÃO		115
EXÉRESE PTERÍGIO		42
OCT	168	
MAPEAMENTO DE RETINA		198
PAQUIMETRIA	21	
CURVA DIÁRIA	7	
PAM	8	
ECOBIOMETRIA	18	
USG OCULAR	34	
FUNDOSCOPIA	12	
GONIOSCOPIA	8	
RETINOGRAFIA	258	
OFTALMOLOGIA RETINA		15
PTERÍGIO	19	
OFTALMOLOGIA GERAL		16
CONSULTA CÓRNEA		15
INJERÇAO INTRAVÍTREA		40
RETINA CIRÚRGICA		4
CATARATA	4	
RETINOGRAFIA FLUORESCENTE		10
PLÁSTICA OCULAR	37	
CURURGIA PLÁSTICA -PÁLPEBRAS		67
CIRURGIA CALÁZIO	11	

----> Metas quantitativas:

- Manter cobertura contínua dos serviços contratados durante toda a vigência da proposta, garantindo atendimento de 100% dos procedimentos clínicos regulados contratados.
- Manter cobertura contínua dos serviços contratados durante toda a vigência da proposta, garantindo atendimento de 100% dos procedimentos com finalidade diagnóstica regulados contratados.

Como as emendas parlamentares se configuram um recursos não previamente programados no orçamento municipal, demandam a organização de um processo estruturado de contratualização para sua adequada execução. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Saúde adota as medidas administrativas necessárias para viabilizar a contratação de prestadores por meio de chamamento público, garantindo a correta aplicação dos recursos conforme os princípios da legalidade, impessoalidade e transparência.

A presente proposta de emenda tem como finalidade garantir a oferta de serviços de média complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal, abrangendo a realização de consultas especializadas, exames e procedimentos clínicos e diagnósticos. Tal estratégia se faz necessária diante da limitação operacional da rede própria, que não dispõe de capacidade instalada suficiente para absorver integralmente a demanda existente, tornando imprescindível a complementação por meio de prestadores privados.

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Saúde encontra-se em fase de organização e instrução processual para a abertura de chamamento público destinado a contratação de prestadores aptos à execução dos serviços propostos. Considerando a natureza desse instrumento, que exige etapas formais de publicação, habilitação, análise documental e posterior formalização contratual, informa-se que, no presente momento, ainda não há definição dos estabelecimentos executores, não sendo possível indicar os respectivos Cadastros Nacionais de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Após a conclusão do processo de credenciamento e a formalização dos contratos, os prestadores habilitados serão devidamente cadastrados e vinculados aos sistemas oficiais, conforme as normativas vigentes, assegurando rastreabilidade, controle e transparência na execução dos serviços.

A iniciativa visa reduzir a demanda reprimida, qualificar o acesso aos serviços especializados, de finalidade diagnóstica e garantir maior resolutividade da atenção à saúde, contribuindo para a integralidade do cuidado e para o fortalecimento da rede de atenção à saúde no município.
Serão definidas as seguintes metas para este plano de trabalho:

Metas qualitativas:
1. Assegurar que consultas, exames e procedimentos sejam realizados conforme protocolos clínicos e diretrizes do Ministério da Saúde.
2. Garantir atendimento por profissionais habilitados, com qualidade técnica e humanização do cuidado.
3. Monitorar e avaliar continuamente a execução dos serviços contratados, garantindo eficiência e qualidade na aplicação dos recursos públicos.
4. Promover a integração dos serviços contratados com a rede de atenção à saúde, assegurando a continuidade do cuidado ao usuário.

RELAÇÃO DE NATUREZAS DESPESAS

Nome	Valor
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	800.000,00

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

ANEXO II

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/05/2026 | Edição: 86 | Seção: 1 | Página: 112
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 11.067, DE 8 DE MAIO DE 2026

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria Finalística, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

RJ	BARRA DO PIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	36000791315202600	800.000,00	43110002	800.000,00	1030251182E90C

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE
Gabinete da Prefeita

ANEXO III

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano 2026	**Tipo de consulta** Fundo a Fundo	**Entidade** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI
CPF/CNPJ 01.606.604/0001-49	**Grupo** ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	**Ação** INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL
Ação Detalhada EMENDA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	**UF** RJ **Código IBGE** 330030	**Município** BARRA DO PIRAI **População** 98.506 habitantes
Ano Censo 2025	**Prefeito(a)** SIOPS Indisponível.	**Data Inicial Gestão** -
Secretário(a) SIOPS Indisponível.	**Presidente Conselho** SIOPS INDISPONÍVEL.	**Proposta** 36000791315202600

Comp. /Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo
Única em 2026	058472	29/06/2026	MUNICIPAL	104	001775	5689398876	800.000,00	0,00	800.000,00	
						Total	800.000,00	0,00	800.000,00	

ANEXO IV

CAIXA Extrato #PESSOAL

Cliente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO
Conta: 0177/2200/000568939887-6
Data: 06/07/2026 11:34:58

Saldo próprio	**R$ 0,00 C**
Saldo bloqueado	**R$ 0,00 C**
Limite contratado	**R$ 0,00 C**
Saldo:	**R$ 801.082,30 C**

*650 - Sujeito a alteração até o final do expediente bancário

Movimentações desde o dia 29/05/2026 até o dia 01/07/2026 — **Saldo anterior a 29/05/2026 R$ 0,00 C**

30 de junho de 2026, terça-feira

Data/Hora	Nr. Doc.	Descrição/Detalhamento	Valor (R$)	Saldo(R$)
30/06/2026 07:30:20	1	RECEBIMENTO TED 00530493000171 DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC DE SAU	800.000,00 C	800.000,00 C
01/07/2026 02:57:54	0	APLIC AUTOMATICA FUNDO	800.000,00 D	0,00 C
	0	SALDO DIA		0,00 C

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 1174 DE 17 DE JULHO 2026.

EMENTA: "**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de *R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)* para reforço de saldo de dotações consignadas no Orçamento Programa em vigor e dá outras correlatas providências".

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 4º, da Lei Municipal nº 4.237 de 29 de dezembro de 2025 – Lei Orçamentária,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de *R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)* para reforço da seguinte dotação, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Ficha		Elemento de Despesa	
Número	Fonte de Recurso STN	Conta	Disponível
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI			
01.20 - Executivo			
01.20.11 - Secretaria de Educação			
12.361.1006.2072 - Prog. Administ. e Manutenção do Ens. Fundamental			
281	1540 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	195.000,00
		TOTAL:	**195.000,00**

Art. 2º. Para permitir a abertura do Crédito Adicional Suplementar, mencionado no artigo anterior, serão utilizadas como fonte de recurso as anulações parciais e na forma que prevê o artigo 43 e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ANULAÇÃO

Ficha		Elemento de Despesa	
Número	Fonte de Recurso STN	Conta	Disponível
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI			
01.20 - Executivo			
01.20.11 - Secretaria de Educação			
12.361.1006.1100 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.			
224	1540 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	195.000,00
		TOTAL:	**195.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 17 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 1175 DE 17 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "Abre o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 591.600,00 (quinhentos e noventa e um mil e seiscentos reais), no Orçamento Programa em vigor e dá outras correlatas providências".

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.389 de 16 de julho de 2026,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 591.600,00 (quinhentos e noventa e um mil e seiscentos reais), para criação das seguintes despesas, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
01.20.	Prefeitura Municipal de Barra do Piraí	
01.20.13.	Secretaria de Serviços Públicos	
01.20.13.15.452.1011.5841	Convênio 998492 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	
4.4.90.52.00.00.17003110	Equipamentos e Material Permanente	477.500,00
4.4.90.52.00.00.1500	Equipamentos e Material Permanente	114.100,00
	TOTAL	**591.600,00**

Art. 2º. Para atender à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, serão utilizados como fontes de recursos:

I – o Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente do Convênio nº 998492/2026, celebrado entre o Município de Barra do Piraí e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, oriundo de emenda parlamentar individual, no valor de R$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, conforme Plano de Trabalho aprovado; e

II – a anulação parcial de dotação orçamentária, na importância de R$ 114.100,00 (cento e quatorze mil e cem reais), correspondente à contrapartida financeira do Município, conforme discriminado abaixo.

ANULAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
01.20.	Prefeitura Municipal de Barra do Piraí	
01.20.02.	Secretaria de Governo	
01.20.02.04.122.1003.1015	Formação do Patrimônio Público	
4.4.90.61.00.00.1500	Aquisição de Imóveis (1)	114.100,00
	TOTAL	**114.100,00**

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 17 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE
Gabinete da Prefeita

Prefeita Municipal

ANEXO I

24/06/2026, 09:53 EXTRATO DE CONVÊNIO - EXTRATO DE CONVÊNIO - DOU - Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/06/2026 | Edição: 112 | Seção: 3 | Página 116

Órgão: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Código 998492, Nº Processo: 59000009418202672, Concedente: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Convenente: MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI CNPJ nº 28576080000147, Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor Total: R$ 591.600,00, Valor de Contrapartida: R$ 114.100,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2026 - R$ 477.500,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2026NE000821, Valor: R$ 477.500,00, PTRES: 267982, Fonte Recurso: 1000000000, ND: 444042, Vigência: 29/05/2026 a 29/05/2029, Data de Assinatura: 29/05/2026, Signatários: Concedente: EDGAR BATISTA DE AZEVEDO CAETANO CPF nº ***.412.521-**, Convenente: KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA CPF nº ***.047.397-**.

ANEXO II

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Esplanada dos Ministérios - Bloco E - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70067-901 - Brasília - DF - www.mdr.gov.br

CONVÊNIO

CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 998492/2026 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E O MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI/RJ, COM A FINALIDADE DE AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, com sede na Esplanada dos Ministérios, bloco E, 8º andar, Brasília/DF, CEP 70.067-901, doravante denominado **CONCEDENTE,** neste ato representado pelo Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - Substituto Eventual **EDGAR BATISTA DE AZEVEDO CAETANO,** nomeado pela Portaria nº 1.509, de 6 de maio de 2026, publicada no DOU, de 7 de maio de 2026, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, portador da matrícula funcional nº 01653714, e o MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI/RJ, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 28.576.080/0001-47, com sede no (a) TV ASSUMPCAO, 69 - CENTRO. Barra Do Piraí - RJ. CEP: 27123-080, doravante denominado **CONVENENTE,** representado pelo Prefeita KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 096.***.***-19, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO DO REGIME SIMPLIFICADO,** com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos, *registrado no Transferegov.br, regendo-se pelo disposto na* Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 11.531, de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, e, subsidiariamente, pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, consoante o processo administrativo nº 59000.009418/2026-72 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 1176 DE 17 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "Abre o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 696.500,00 (seiscentos e noventa e seis mil e quinhentos reais), para a criação de despesa no orçamento programa em vigor e dá outras correlatas providências".

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.390 de 16 de julho de 2026,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 696.500,00 (seiscentos e noventa e seis mil e quinhentos reais), para criação da seguinte despesa, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
01.20	**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ**	
20.11	Secretaria de Educação	
20.11.12.361.1006.5842	Execução do Plano de Ação FNDE nº 09032026-097772 – E.P. Individual nº 202644300013	
4.4.90.52.00.17003110	Equipamentos e Materiais Permanentes	696.500,00
	TOTAL	**696.500,00**

Art. 2º. Para atender à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, será utilizado como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente do Plano de Ação nº 09032026-097772, aprovado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no valor de R$ 696.500,00 (seiscentos e noventa e seis mil e quinhentos reais), destinado à estruturação da rede municipal de ensino, mediante a aquisição de mobiliário e equipamentos permanentes, conforme especificações constantes do respectivo Plano de Ação.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 17 de julho de 2026

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

ANEXO I

Transfere gov.br

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-097772

PLANO DE AÇÃO

DADOS BÁSICOS

ANO	PROGRAMA	SITUAÇÃO
2026	09032026	Ciente

DADOS DO BENEFICIÁRIO

BENEFICIÁRIO
28.576.080/0001-47 - MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI

UF	CÓDIGO IBGE	IDH
RJ	3300308	0.733

BANCO	AGÊNCIA	CONTA
104 - Caixa Econômica Federal	0177-5	568689095-8

SITUAÇÃO DA CONTA
Conta Ativa

DADOS DA EMENDA PARLAMENTAR

EMEMDA PARLAMENTAR
202644300013-MAX LEMOS

CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
R$ 0,00	R$ 696.500,00	R$ 696.500,00

DADOS COMPLEMENTARES DO PLANO DE AÇÃO

OBJETO DE EXECUÇÃO
014 - Adquirir Material Escolar (Custeio) - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Adquirir Material Escolar (Custeio) - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE

Gabinete da Prefeita

Transfere gov.br

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-097772

META	QTD/UNIDADE	PRAZO	CUSTEIO	INVESTIMENTO
META 1: Aquisição de mobiliário pedagógico e conjuntos escolares destinados às unidades da rede municipal de ensino.	606/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 422.589,40
META 2: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e de climatização destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino.	23/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 38.053,13
META 3: Aquisição de mobiliário e equipamentos permanentes destinados ao atendimento das unidades de educação infantil e creches municipais.	587/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 83.458,57
META 4: Aquisição de mobiliário administrativo e de armazenamento destinado às unidades escolares.	49/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 75.626,80
META 5: Aquisição de brinquedos e equipamentos recreativos permanentes destinados às unidades da educação infantil.	35/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 11.772,10
META 6: Aquisição de equipamentos permanentes de apoio destinado à estruturação das unidades.	20/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 65.000,00

DADOS BANCÁRIOS

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	SITUAÇÃO
104 - Caixa Econômica Federal	0177-5	568689095-8	Conta Ativa

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 1177 DE 17 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "Abre o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), no Orçamento Programa em vigor e dá outras correlatas providências".

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.392 de 16 de julho de 2026 ,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para criação da seguinte despesa, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
03.30.	Fundos Municipais	
03.30.02	Fundo Municipal de Assistência Social de Barra do Piraí	
03.30.02.08.245.3014.5843	Execução da Emenda Parlamentar nº 202637650004 – Manut. Serv. Socioassistenciais da APAE	
3.3.50.43.00.00.17003110	Subvenções Sociais	100.000,00
	TOTAL	**100.000,00**

Art. 2º Para permitir a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação, nos termos do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, decorrente da transferência de recursos da União, oriundos da Emenda Parlamentar Individual nº 202637650004 – RP 6, Programação nº 330030820260002, destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social para execução do Plano de Trabalho nº 202637650004, voltado ao custeio do Projeto de Manutenção dos Serviços Socioassistenciais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra do Piraí – APAE.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 17 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

ANEXO I

☐ Visualizar Pix agrupados

GOVERNO

Extrato de Conta Corrente

G336031400994947006
03/07/2026 14:06:51

Cliente - Conta atual

Agência 73-6
Conta corrente 94935-3 ESTR3
Período do extrato 04 / 2026

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
25/03/2026		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
27/04/2026		0000	14056	632 Ordem Banc 12 Sec Tes Nac 010029400001-82 FUNDO NACIONAL DE ASSI	1.833.016.000.000	100.000,00 C	
27/04/2026		0000	00000	271 BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT BB RF Curto Prazo Automático	1.972	100.000,00 D	0,00 C
30/04/2026		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JG674320 SAMARA DIAS CAMARA PANIZZI.

ANEXO II

7. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Recursos Humanos	Valor mensal	Encargos mensal	Total mensal	Valor total no período de execução
Assistente Administrativo Nível - II	2.700,00	210,00	2.910,00	34.920,00
Recepcionista	1.750,00	140,00	1.890,00	22.680,00
Auxiliar Serviços Gerais	2.270,00	180,00	2.450,00	29.400,00
Valor Total Recursos Humanos				**87.000,00**

Material de Consumo				Valor total no período de execução
Material de Escritório				13.000,00
Valor Total Material de Consumo				**13.000,00**

Valor Total da Aplicação dos Recursos				**100.000,00**

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

ANEXO III

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

R E S O L U Ç Ã O Nº 006, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

Aprova o Plano de Trabalho, referente à Emenda 202637650004, Programação nº. 330030820260002 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra do Piraí – APAE.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA DO PIRAÍ, em Reunião Extraordinária realizada no dia 11 de março de 2026, às 14h, na Casa dos Conselhos, no uso da competência que lhe confere o inciso V, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.469 de 02 de setembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, após deliberação e apreciação dos presentes, o Plano de Trabalho proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra do Piraí – APAE, para execução do Projeto de Manutenção dos Serviços Socioassistenciais da APAE conforme discriminado no Plano de Trabalho 202637650004.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, a qual será feita no Órgão de Divulgação da Prefeitura Municipal.

Barra do Piraí, 11 de março de 2026.

gov.br RICARDO ALEXANDRE COELHO DA SILVA

Ricardo Alexandre Coelho da Silva
Presidente do CMAS

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº1178 DE 17 DE JULHO DE 2026

EMENTA: ''Abre o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para criação de despesa no orçamento programa em vigor e dá outras providências correlatas.''

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.391 de 16 de julho de 2026,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para criação da seguinte despesa:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
03.30.	Fundos Municipais	
03.30.02	Fundo Municipal de Assistência Social de Barra do Piraí	
03.30.02.08.245.3014.5845	Execução da Emenda Parlamentar nº 202650490001 – Estruturação Rede de Serviços SUAS	
4.4.90.52.00.00.17003130	Equipamentos e Material Permanente	500.000,00
	TOTAL	**500.000,00**

Art. 2º Para atender à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, será utilizado como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente da Emenda de Comissão, destinada à Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), classificados no Grupo de Natureza da Despesa – GND 4 (Investimento), destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para fortalecimento da rede socioassistencial do Município.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 17 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE
Gabinete da Prefeita

ANEXO I

ESPELHO DA PROGRAMAÇÃO Nº 330030820260005

1. Origem do recurso

Programa	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDA DE COMISSÃO		
Recurso	**Tipo**	**Ano**	**Número**
Emenda de Comissão	RP8	2026	202650490001
Parlamentar	DOUTOR LUIZINHO		

2. Ente federado indicado

UF	Esfera administrativa	Ente federado
RJ	MUNICIPAL	BARRA DO PIRAI
Beneficiário		**CNPJ do fundo**
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		16.102.141/0001-55

3. Dados da programação

Número da programação		Funcional programática
330030820260005		082455131219G0001
GND 3 - Custeio	**GND 4 - Investimento**	**Total programado**
R$ 0,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
Situação da programação		**Número do processo SEI**
Programação com OB Efetivada		71000040207202611

4. Dados da nota de empenho

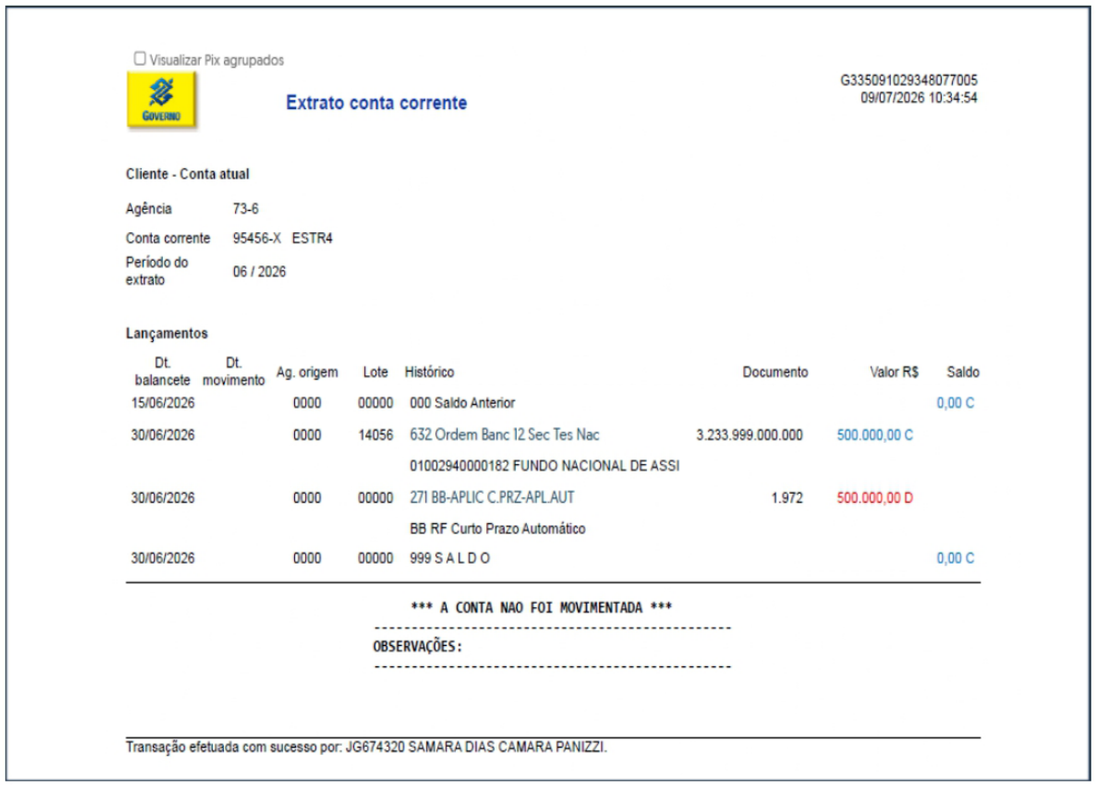
Empenho	Data	PTRES	Plano interno	GND	Valor empenhado
2026NE405494	15/06/2026			4	R$ 500.000,00

5. Dados do pagamento

Ordem bancária	Data	GND	Banco	Agência	Conta corrente	Valor pago
7468	29/06/2026	4	001	000736		R$ 500.000,00
7468	29/06/2026	4	001	000736	00000095456X	R$ 500.000,00

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Gabinete da Prefeita

ANEXO II



☐ Visualizar Pix agrupados

GOVERNO

Extrato conta corrente

G335091029348077005
09/07/2026 10:34:54

Cliente - Conta atual

Agência	73-6
Conta corrente	95456-X ESTR4
Período do extrato	06 / 2026

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
15/06/2026		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
30/06/2026		0000	14056	632 Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	3.233.999.000.000	500.000,00 C	
				01002940000182 FUNDO NACIONAL DE ASSI			
30/06/2026		0000	00000	271 BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	1.972	500.000,00 D	
				BB RF Curto Prazo Automático			
30/06/2026		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JG674320 SAMARA DIAS CAMARA PANIZZI.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº4387 DE 16 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 4.452.000,00 (QUATRO MILHÕES, QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL REAIS), PARA REFORÇO DE SALDO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO PROGRAMA EM VIGOR E DÁ OUTRAS CORRELATAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 4.452.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais)**, para reforço das seguintes dotações, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Ficha	Recurso	Elemento de Despesa	
Número	Fonte de Recurso STN	Conta	Valor em R$
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI			
01.20 - Executivo			
01.20.07 - Secretaria de Administração e Recursos Humanos			
04.128.1008.4059 - Gestão da Administração de Recursos Humanos			
95	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	214.000,00
01.20.09 - Secretaria de Fazenda			
04.123.1013.2036 - Gestão Fazendária			
162	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	700.000,00
01.20.11 - Secretaria de Educação			
12.361.1006.2072 - Prog. Administ. e Manutenção do Ens. Fundamental			
269	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	738.000,00
273	1573 - ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.200.000,00
01.20.13 - Secretaria de Serviços Públicos			
04.452.1011.2033 - Desenvolvimento da Política de Serviços Urbanos			
419	1705 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	600.000,00
		TOTAL	**4.452.000,00**

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

Art. 2º. Para permitir a abertura do Crédito Adicional Suplementar, mencionado no artigo anterior, serão utilizadas como fonte de recurso as anulações parciais e na forma que prevê o artigo 43 e seus parágrafos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ANULAÇÃO

Ficha	Recurso	Elemento de Despesa	
Número	Fonte de Recurso STN	Conta	Valor em R$
01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI			
01.20 - Executivo			
01.20.09 - Secretaria de Fazenda			
28.841.1000.8001 - Encargos com a Dívida Contratada			
177	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	550.000,00
01.20.10 - Secretaria Municipal do Ambiente e Sustentabilidade			
18.541.1005.2024 - Desenvolvimento da Política Ambiental			
193	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
01.20.11 - Secretaria de Educação			
12.361.1006.1100 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA			
217	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	952.000,00
229	1573 - ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	2.200.000,00
01.20.13 - Secretaria de Serviços Públicos			
15.451.1005.1006 - Construção e Reforma de Vias Públicas			
437	1705 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	600.000,00
		TOTAL	**4.452.000,00**

Art 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 16 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

MENSAGEM Nº 65/2026

PROJETO DE LEI Nº 165/2026

AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4388 DE 16 DE JULHO DE 2026

EMENTA: "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$800.000,00 (OITOCENTOS MIL REAIS), REFERENTE AO REPASSE DE EMENDA DA COMISSÃO DE SAÚDE.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**, no valor de R$800.000,00 (**oitocentos mil reais**), para criação a seguinte despesa à saber:

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
06	Fundo Municipal de Saúde de Barra do Pirai	
06.30.04	Fundo Municipal de Saúde de Barra do Pirai	
06.30.04.10.302.0020.8036	Incremento ao Custeio de Média e Alta Complexidade MAC – EMENDA 43110002	
3.3.90.39.00.006.0022.16313110	Outros Sv 3° - Pessoas Jurídicas	**800.000,00**
	TOTAL	**800.000,00**

Art. 2º. Para viabilizar a abertura de crédito adicional especial, informamos que a fonte de recursos será proveniente da Portaria GM/MS n° 11.067, de 08 de maio de 2026 - proposta n° 36000791315202600. O referido montante destina-se ao incremento do custeio de Média e Alta Complexidade (MAC) em parcela única, já tendo sido creditado na conta do Fundo Municipal de Saúde de Barra do Piraí, conforme comprovantes anexos.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 16 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

MENSAGEM Nº 66/2026
PROJETO DE LEI Nº 167/2026
AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Saúde

quinta-feira, 07 de maio de 2026

PROPOSTA DE INCREMENTO MAC

Nº da Proposta	Ano
36000791315202600	2026

CNPJ	Beneficiário	Esfera Administrativa
01606604000149	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	03

Tipo de Beneficiário
FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL

Dirigente
Responsável Legal não cadastrado

CPF do Dirigente
Responsável Legal não

População	Telefone	Município	CEP
98.506		BARRA DO PIRAÍ	27.130-430

Endereço
MOREIRA DOS SANTOS, CENTRO

E-mail

RECURSO DA PROPOSTA

Recurso
EMENDA PARLAMENTAR

Objeto
INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Composição	Número	Valor
EMENDA	43110002	800.000,00

Estabelecimentos Beneficiados - CNES

Estabelecimento	CNES	Valor
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	6403638	R$ 800.000,00

Valor da Proposta: R$ *800.000,00*

DADOS DO(S) PLANO(S) DE TRABALHO(S)

Unidade Beneficiada	Valor
SMS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	800.000,00

Programa
INCREMENTO AO CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

AÇÕES E SERVIÇOS - METAS QUANTITATIVAS/QUALITATIVAS

MÉDIA COMPLEXIDADE

	Valor
Procedimentos com Finalidade Diagnóstica	400.000,00
Procedimentos Clínicos	400.000,00

Justificativa

RESPOSTA À DILIGÊNCIA:

------> DEMANDA REPRIMIDA DE EXAMES OFTAMOLÓGICOS

EXAMES E PROCEDIMENTOS OFTAMOLÓGICOS / DEMANDA REPRIMIDA
CIRURGIAS CALAZIO 32
CIRURGIAS PTERÍGIO 21
CIRURGIAS OCULOPLASTIA 9
CIRURGIAS BLEFAROSPLASTIA 15
ANGIOGRAFIA (RETINOGRAFIA)FLORESCENTE 158
MICROSCOPIA ESPECULAR2
CATARATA 35

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ESTRABISMO	2
CAPSULOTOMIA	98
TESTE ORTÓPTICO	12
FOTOCOAGULAÇÃO	115
EXÉRESE PTERÍGIO	42
OCT	168
MAPEAMENTO DE RETINA	198
PAQUIMETRIA	21
CURVA DIÁRIA	7
PAM	8
ECOBIOMETRIA	18
USG OCULAR	34
FUNDOSCOPIA	12
GONIOSCOPIA	8
RETINOGRAFIA	258
OFTALMOLOGIA RETINA	15
PTERÍGIO	19
OFTALMOLOGIA GERAL	16
CONSULTA CÓRNEA	15
INJERÇAO INTRAVÍTREA	40
RETINA CIRÚRGICA	4
CATARATA	4
RETINOGRAFIA FLUORESCENTE	10
PLÁSTICA OCULAR	37
CURURGIA PLÁSTICA -PÁLPEBRAS	67
CIRURGIA CALÁZIO	11

----> Metas quantitativas:

- Manter cobertura contínua dos serviços contratados durante toda a vigência da proposta, garantindo atendimento de 100% dos procedimentos clínicos regulados contratados.
- Manter cobertura contínua dos serviços contratados durante toda a vigência da proposta, garantindo atendimento de 100% dos procedimentos com finalidade diagnóstica regulados contratados.

Como as emendas parlamentares se configuram um recursos não previamente programados no orçamento municipal, demandam a organização de um processo estruturado de contratualização para sua adequada execução. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Saúde adota as medidas administrativas necessárias para viabilizar a contratação de prestadores por meio de chamamento público, garantindo a correta aplicação dos recursos conforme os princípios da legalidade, impessoalidade e transparência.

A presente proposta de emenda tem como finalidade garantir a oferta de serviços de média complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal, abrangendo a realização de consultas especializadas, exames e procedimentos clínicos e diagnósticos. Tal estratégia se faz necessária diante da limitação operacional da rede própria, que não dispõe de capacidade instalada suficiente para absorver integralmente a demanda existente, tornando imprescindível a complementação por meio de prestadores privados.

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Saúde encontra-se em fase de organização e instrução processual para a abertura de chamamento público destinado a contratação de prestadores aptos à execução dos serviços propostos. Considerando a natureza desse instrumento, que exige etapas formais de publicação, habilitação, análise documental e posterior formalização contratual, informa-se que, no presente momento, ainda não há definição dos estabelecimentos executores, não sendo possível indicar os respectivos Cadastros Nacionais de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Após a conclusão do processo de credenciamento e a formalização dos contratos, os prestadores habilitados serão devidamente cadastrados e vinculados aos sistemas oficiais, conforme as normativas vigentes, assegurando rastreabilidade, controle e transparência na execução dos serviços.

A iniciativa visa reduzir a demanda reprimida, qualificar o acesso aos serviços especializados, de finalidade diagnóstica e garantir maior resolutividade da atenção à saúde, contribuindo para a integralidade do cuidado e para o fortalecimento da rede de atenção à saúde no município.
Serão definidas as seguintes metas para este plano de trabalho:

Metas qualitativas:
1. Assegurar que consultas, exames e procedimentos sejam realizados conforme protocolos clínicos e diretrizes do Ministério da Saúde.
2. Garantir atendimento por profissionais habilitados, com qualidade técnica e humanização do cuidado.
3. Monitorar e avaliar continuamente a execução dos serviços contratados, garantindo eficiência e qualidade na aplicação dos recursos públicos.
4. Promover a integração dos serviços contratados com a rede de atenção à saúde, assegurando a continuidade do cuidado ao usuário.

RELAÇÃO DE NATUREZAS DESPESAS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

Nome	Valor
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	800.000,00

ANEXO II

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/05/2026 | Edição: 86 | Seção: 1 | Página: 112
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA GM/MS Nº 11.067, DE 8 DE MAIO DE 2026

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria Finalística, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

RJ	BARRA DO PIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	36000791315202600	800.000,00	43110002	800.000,00	1030251182E90C

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO III

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano
2026

Tipo de consulta
Fundo a Fundo

Entidade
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI

CPF/CNPJ
01.606.604/0001-49

Grupo
ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Ação
INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL

Ação Detalhada
EMENDA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

UF
RJ

Município
BARRA DO PIRAI

Código IBGE
330030

População
98.506 habitantes

Ano Censo
2025

Prefeito(a)
SIOPS Indisponível.

Data Inicial Gestão
-

Secretário(a)
SIOPS Indisponível.

Presidente Conselho
SIOPS INDISPONÍVEL.

Proposta
36000791315202600

Comp. /Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo	P
Única em 2026	059472	29/06/2026	MUNICIPAL	104	001775	568939867-6	800.000,00	0,00	800.000,00		2
						Total	800.000,00	0,00	800.000,00		

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO IV

CAIXA **Extrato** **#PESSOAL**

Cliente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO
Conta: 0177/2200/000568939887-6
Data: 06/07/2026 11:34:58

Saldo próprio	**R$ 0,00 C**
Saldo bloqueado	**R$ 0,00 C**
Limite contratado	**R$ 0,00 C**
Saldo:	**R$ 801.082,30 C**

*650 - Sujeito a alteração até o final do expediente bancário

Movimentações desde o dia 29/05/2026 até o dia 01/07/2026 **Saldo anterior a 29/05/2026 R$ 0,00 C**

30 de junho de 2026, terça-feira

Data/Hora	Nr. Doc.	Descrição/Detalhamento	Valor (R$)	Saldo(R$)
30/06/2026 07:30:20	1	RECEBIMENTO TED 00530493000171 DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC DE SAU	800.000,00 C	800.000,00 C
01/07/2026 02:57:54	0	APLIC AUTOMATICA FUNDO	800.000,00 D	0,00 C
	0	SALDO DIA		0,00 C

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4389 DE 16 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 591.600,00 (QUINHENTOS E NOVENTA E UM MIL E SEISCENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO PROGRAMA EM VIGOR E DÁ OUTRAS CORRELATAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 591.600,00 (quinhentos e noventa e um mil e seiscentos reais), para criação das seguintes despesas, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
01.20.	Prefeitura Municipal de Barra do Piraí	
01.20.13.	Secretaria de Serviços Públicos	
01.20.13.15.452 .1011.5841	Convênio 998492 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	
4.4.90.52.00.00. 17003110	Equipamentos e Material Permanente	477.500,00
4.4.90.52.00.00. 1500	Equipamentos e Material Permanente	114.100,00
TOTAL		**591.600,00**

Art. 2º. Para atender à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, serão utilizados como fontes de recursos:

I – o Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente do Convênio nº 998492/2026, celebrado entre o Município de Barra do Piraí e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, oriundo de emenda parlamentar individual, no valor de R$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, conforme Plano de Trabalho aprovado; e

II – a anulação parcial de dotação orçamentária, na importância de R$ 114.100,00 (cento e quatorze mil e cem reais), correspondente à contrapartida financeira do Município, conforme discriminado abaixo.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANULAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
01.20.	Prefeitura Municipal de Barra do Piraí	
01.20.02.	Secretaria de Governo	
01.20.02.04.122 .1003.1015	Formação do Patrimônio Público	
4.4.90.61.00.00. 1500	Aquisição de Imóveis (1)	114.100,00
TOTAL		**114.100,00**

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 16 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

MENSAGEM Nº 67/2026
PROJETO DE LEI Nº 170/2026
AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 18/06/2026 | Edição: 112 | Seção: 3 | Página 116

Órgão: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Código 998492, Nº Processo: 59000009418202672, Concedente: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Convenente: MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI CNPJ nº 28576080000147, Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor Total: R$ 591.600,00, Valor de Contrapartida: R$ 114.100,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2026 - R$ 477.500,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2026NE000821, Valor: R$ 477.500,00, PTRES: 267982, Fonte Recurso: 1000000000, ND: 444042, Vigência: 29/05/2026 a 29/05/2029, Data de Assinatura: 29/05/2026, Signatários: Concedente: EDGAR BATISTA DE AZEVEDO CAETANO CPF nº ***.412.521-**, Convenente: KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA CPF nº ***.047.397-**.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO II

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Esplanada dos Ministérios - Bloco E - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70067-901 - Brasília - DF - www.mdr.gov.br

CONVÊNIO

CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 998492/2026 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E O MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI/RJ, COM A FINALIDADE DE AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, com sede na Esplanada dos Ministérios, bloco E, 8º andar, Brasília/DF, CEP 70.067-901, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - Substituto Eventual **EDGAR BATISTA DE AZEVEDO CAETANO,** nomeado pela Portaria nº 1.509, de 6 de maio de 2026, publicada no DOU, de 7 de maio de 2026, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, portador da matrícula funcional nº 01653714, e o MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI/RJ, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 28.576.080/0001-47, com sede no (a) TV ASSUMPCAO, 69 - CENTRO. Barra Do Piraí - RJ. CEP: 27123-080, doravante denominado **CONVENENTE**, representado pelo Prefeita KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 096.***.***-19, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO DO REGIME SIMPLIFICADO**, com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos, *registrado no Transferegov.br, regendo-se* pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 11.531, de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, e, subsidiariamente, pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, consoante o processo administrativo nº 59000.009418/2026-72 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme detalhado no Plano de Trabalho, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4390 DE 16 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 696.500,00 (SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), PARA A CRIAÇÃO DE DESPESA NO ORÇAMENTO PROGRAMA EM VIGOR E DÁ OUTRAS CORRELATAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 696.500,00 (seiscentos e noventa e seis mil e quinhentos reais), para criação da seguinte despesa, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
01.20	**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ**	
20.11	Secretaria de Educação	
20.11.12.361.1006.5842	Execução do Plano de Ação FNDE nº 09032026-097772 – E.P. Individual nº 202644300013	
4.4.90.52.00.17003110	Equipamentos e Materiais Permanentes	696.500,00
	TOTAL	**696.500,00**

Art. 2º. Para atender à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, será utilizado como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente do Plano de Ação nº 09032026-097772, aprovado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no valor de R$ 696.500,00 (seiscentos e noventa e seis mil e quinhentos reais), destinado à estruturação da rede municipal de ensino, mediante a aquisição de mobiliário e equipamentos permanentes, conforme especificações constantes do respectivo Plano de Ação.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 16 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

MENSAGEM Nº 68/2026
PROJETO DE LEI Nº169/2026
AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

Transfere gov.br

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-097772

PLANO DE AÇÃO

DADOS BÁSICOS

ANO	PROGRAMA	SITUAÇÃO
2026	09032026	Ciente

DADOS DO BENEFICIÁRIO

BENEFICIÁRIO
28.576.080/0001-47 - MUNICIPIO DE BARRA DO PIRAI

UF	CÓDIGO IBGE	IDH
RJ	3300308	0.733

BANCO	AGÊNCIA	CONTA
104 - Caixa Econômica Federal	0177-5	568689095-8

SITUAÇÃO DA CONTA
Conta Ativa

DADOS DA EMENDA PARLAMENTAR

EMEMDA PARLAMENTAR
202644300013-MAX LEMOS

CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
R$ 0,00	R$ 696.500,00	R$ 696.500,00

DADOS COMPLEMENTARES DO PLANO DE AÇÃO

OBJETO DE EXECUÇÃO
014 - Adquirir Material Escolar (Custeio) - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Adquirir Material Escolar (Custeio) - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

Transfere gov.br

PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-097772

META	QTD/UNIDADE	PRAZO	CUSTEIO	INVESTIMENTO
META 1: Aquisição de mobiliário pedagógico e conjuntos escolares destinados às unidades da rede municipal de ensino.	606/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 422.589,40
META 2: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e de climatização destinados às unidades escolares da rede municipal de ensino.	23/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 38.053,13
META 3: Aquisição de mobiliário e equipamentos permanentes destinados ao atendimento das unidades de educação infantil e creches municipais.	587/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 83.458,57
META 4: Aquisição de mobiliário administrativo e de armazenamento destinado às unidades escolares.	49/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 75.626,80
META 5: Aquisição de brinquedos e equipamentos recreativos permanentes destinados às unidades da educação infantil.	35/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 11.772,10
META 6: Aquisição de equipamentos permanentes de apoio destinado à estruturação das unidades.	20/UN	12 mese(s)	R$ 0,00	R$ 65.000,00

DADOS BANCÁRIOS

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	SITUAÇÃO
104 - Caixa Econômica Federal	0177-5	568689095-8	Conta Ativa

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4391 DE 16 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: ‘’AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS) PARA CRIAÇÃO DE DESPESA NO ORÇAMENTO PROGRAMA EM VIGOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.’’

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para criação da seguinte despesa:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
03.30.	Fundos Municipais	
03.30.02	Fundo Municipal de Assistência Social de Barra do Piraí	
03.30.02.08.245.30 14.5845	Execução da Emenda Parlamentar nº 202650490001 – Estruturação Rede de Serviços SUAS	
4.4.90.52.00.00.17 003130	Equipamentos e Material Permanente	500.000,00
		500.000,00

Art. 2º Para atender à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, será utilizado como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente da Emenda de Comissão, destinada à Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), classificados no Grupo de Natureza da Despesa – GND 4 (Investimento), destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para fortalecimento da rede socioassistencial do Município.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 16 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

MENSAGEM Nº 69/2026
PROJETO DE LEI Nº 171/2026
AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

ESPELHO DA PROGRAMAÇÃO Nº 330030820260005

1. Origem do recurso

Programa	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDA DE COMISSÃO		
Recurso	**Tipo**	**Ano**	**Número**
Emenda de Comissão	RP8	2026	202650490001
Parlamentar	DOUTOR LUIZINHO		

2. Ente federado indicado

UF	Esfera administrativa	Ente federado
RJ	MUNICIPAL	BARRA DO PIRAI
Beneficiário		**CNPJ do fundo**
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		16.102.141/0001-55

3. Dados da programação

Número da programação		Funcional programática
330030820260005		082455131219G0001
GND 3 - Custeio	**GND 4 - Investimento**	**Total programado**
R$ 0,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00
Situação da programação		**Número do processo SEI**
Programação com OB Efetivada		71000040207202611

4. Dados da nota de empenho

Empenho	Data	PTRES	Plano interno	GND	Valor empenhado
2026NE405494	15/06/2026			4	R$ 500.000,00

5. Dados do pagamento

Ordem bancária	Data	GND	Banco	Agência	Conta corrente	Valor pago
7468	29/06/2026	4	001	000736		R$ 500.000,00
7468	29/06/2026	4	001	000736	00000095456X	R$ 500.000,00

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO II

☐ Visualizar Pix agrupados

GOVERNO

Extrato conta corrente

G3350910293480770005
09/07/2026 10:34:54

Cliente - Conta atual

Agência	73-6
Conta corrente	95456-X ESTR4
Período do extrato	06 / 2026

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
15/06/2026		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
30/06/2026		0000	14056	632 Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	3.233.999.000.000	500.000,00 C	
				01002940000182 FUNDO NACIONAL DE ASSI			
30/06/2026		0000	00000	271 BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	1.972	500.000,00 D	
				BB RF Curto Prazo Automático			
30/06/2026		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JG674320 SAMARA DIAS CAMARA PANIZZI.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4392 DE 16 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), NO ORÇAMENTO PROGRAMA EM VIGOR E DÁ OUTRAS CORRELATAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ APROVA E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para criação da seguinte despesa, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Codificação	Discriminação da Despesa	Valor em R$
03.30.	Fundos Municipais	
03.30.02	Fundo Municipal de Assistência Social de Barra do Piraí	
03.30.02.08.245.3014.5843	Execução da Emenda Parlamentar nº 202637650004 – Manut. Serv. Socioassistenciais da APAE	
3.3.50.43.00.00.17003110	Subvenções Sociais	100.000,00
	TOTAL	**100.000,00**

Art. 2º Para permitir a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação, nos termos do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, decorrente da transferência de recursos da União, oriundos da Emenda Parlamentar Individual nº 202637650004 – RP 6, Programação nº 330030820260002, destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social para execução do Plano de Trabalho nº 202637650004, voltado ao custeio do Projeto de Manutenção dos Serviços Socioassistenciais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra do Piraí – APAE.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Piraí (RJ), 16 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

MENSAGEM Nº 70/2026
PROJETO DE LEI Nº 172/2026
AUTOR: PODER EXECUTIVO

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO I

☐ Visualizar Pix agrupados

GOVERNO

Extrato de Conta Corrente

G336031400994947006
03/07/2026 14:06:51

Cliente - Conta atual

Agência 73-6

Conta corrente 94935-3 ESTR3

Período do extrato 04 / 2026

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
25/03/2026		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
27/04/2026		0000	14056	632 Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	1.833.016.000.000	100.000,00 C	
				010029400001-82 FUNDO NACIONAL DE ASSI			
27/04/2026		0000	00000	271 BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	1.972	100.000,00 D	0,00 C
				BB RF Curto Prazo Automático			
30/04/2026		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JG674320 SAMARA DIAS CAMARA PANIZZI.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO II

7. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Recursos Humanos	Valor mensal	Encargos mensal	Total mensal	Valor total no período de execução
Assistente Administrativo Nível - II	2.700,00	210,00	2.910,00	34.920,00
Recepcionista	1.750,00	140,00	1.890,00	22.680,00
Auxiliar Serviços Gerais	2.270,00	180,00	2.450,00	29.400,00
Valor Total Recursos Humanos				**87.000,00**

Material de Consumo				Valor total no período de execução
Material de Escritório				13.000,00
Valor Total Material de Consumo				**13.000,00**

Valor Total da Aplicação dos Recursos				**100.000,00**

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

ANEXO III

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

R E S O L U Ç Ã O Nº 006, DE 11 DE MARÇO DE 2026.

Aprova o Plano de Trabalho, referente à Emenda 202637650004, Programação nº. 330030820260002 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra do Piraí – APAE.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA DO PIRAÍ, em Reunião Extraordinária realizada no dia 11 de março de 2026, às 14h, na Casa dos Conselhos, no uso da competência que lhe confere o inciso V, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.469 de 02 de setembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, após deliberação e apreciação dos presentes, o Plano de Trabalho proveniente de emenda parlamentar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra do Piraí – APAE, para execução do Projeto de Manutenção dos Serviços Socioassistenciais da APAE conforme discriminado no Plano de Trabalho 202637650004.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, a qual será feita no Órgão de Divulgação da Prefeitura Municipal.

Barra do Piraí, 11 de março de 2026.

gov.br RICARDO ALEXANDRE COELHO DA SILVA

Ricardo Alexandre Coelho da Silva
Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4393 DE 16 DE JULHO DE 2026.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art.165, §2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, no art. 102 da Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí, as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Barra do Piraí, relativas ao exercício de **2027**, compreendendo:

I. Das disposições preliminares;

II. Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;

III. Organização e estrutura dos orçamentos;

IV. Diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município e suas alterações;

V. Disposições relativas à Dívida Pública Municipal;

VI. Disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII. Diretrizes para elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

VIII. Disposições sobre alterações na Legislação Tributária;

IX. Diretrizes para Avaliação de Resultados da execução da LOA;

X. Disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2027, especificadas de acordo com os objetivos constantes do Plano Plurianual –

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

PPA, que serão as estabelecidas e detalhadas no CADERNO DE ANEXOS desta Lei.

Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no anexo I, poderão ser revistas, mediante encaminhamento de projeto de lei específico ao Poder Legislativo, com vistas à compatibilização da despesa à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio fiscal.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação realizará a avaliação do cumprimento das metas e prioridades estabelecidas nesta Lei, e sua inclusão na Lei orçamentária, e ainda em outros textos legais que versem sobre o planejamento e gestão pública do Município.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II. Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III. Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV. Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º. As ações poderão ser desdobradas, especialmente para especificar sua localização ou individualizar um produto, desde que seu objetivo específico não sofra alterações.

§3º. Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

Art. 5º. O orçamento fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, expressa por categoria econômica, indicando-se para cada uma, o seguinte detalhamento dos grupos da natureza da despesa a que se refere:

I. DESPESAS CORRENTES:

a) Pessoal e encargos sociais;

b) Juros e encargos da dívida e

c) Outras despesas correntes.

II. DESPESAS DE CAPITAL:

a) Investimentos; Inversões financeiras e

b) Amortização da dívida.

Art. 6º. O projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no §5º, do art. 165 da Constituição Federal, no §3º do artigo 102 e 103 da Lei Orgânica do Município, no artigo 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:

I. texto da Lei;

II. resumo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

III. resumo da despesa por função, segundo a origem dos recursos;

IV. resumo da despesa por poderes e órgãos, segundo a origem dos recursos;

V. resumo do orçamento de investimentos das empresas e sociedades de economia mista por órgão, segundo a origem dos recursos;

VI. resumo do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica e natureza da receita, segunda a origem dos recursos;

VII. demonstrativo da receita por órgãos/indiretas;

VIII. quadro geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por poder e órgão, segundo as categorias de programação, grupo de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação;

IX. orçamento de investimentos das empresas e sociedades de economia mista; e

X. consolidação dos quadros orçamentários.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

§1º. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso X deste artigo, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, inciso III e parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, os seguintes quadros:

I. discriminação da legislação básica e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II. evolução da receita do Tesouro Municipal por categoria econômica e natureza da receita;

III. evolução da despesa do Tesouro Municipal por categoria econômica e grupos de natureza da despesa;

IV. demonstrativo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por poder, órgão e função;

V. demonstrativo da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por categoria econômica e seus desdobramentos;

VI. demonstrativo dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, na forma disposta na Lei Complementar 101/2000;

VII. demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do §2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

VIII. consolidação das despesas por objetos, atividades e operações especiais, segundo a categoria econômica, apresentados em ordem numérica;

IX. demonstrativo de função, subfunção e programa por objeto, atividade e operação especial;

X. demonstrativo de função, subfunção e programa, por categoria econômica;

XI. demonstrativo de função, subfunção e programa conforme o vínculo com os recursos;

XII. demonstrativo da despesa de pessoal e encargos sociais por poder, confrontando sua totalização com a receita corrente líquida, nos termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado de memória de cálculo;

XIII. demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, e dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, por órgão, detalhando naturezas da receita e valores por categorias

de programação, grupos de natureza da despesa e modalidades de aplicação;

XIV. demonstrativo da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Constituição Federal e legislação vigente aplicável; e

XV. demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar com indicação da dotação do grupo de natureza da despesa, da modalidade de aplicação e do orçamento a que pertencem.

§2º. A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I. relato sucinto do desempenho financeiro da Prefeitura nos últimos dois anos e cenário para o exercício a que se refere à proposta;

II. resumo da política econômica e social do governo;

III. justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV. demonstrativo da memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V. demonstrativo da dívida fundada interna e externa;

VI. relação das ordens precatórias a serem cumpridas com as dotações para tal fim, constantes da proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do 1º, do art. 100 da Constituição Federal;

VII. demonstrativo do número de vagas escolares existentes e da respectiva expansão prevista, discriminada por Coordenadorias Regionais de Educação e Áreas de Planejamento; e

VIII. demonstrativo do número de Leitos hospitalares ativos e dos respectivos aumentos previstos, discriminados por unidade de saúde e Áreas de Planejamento;

§3º. Os programas finalísticos do governo serão detalhados por órgão da Administração Direta e Indireta, conforme o inciso III do §2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§4º. Os documentos referidos nos incisos deste artigo e nos do seu §1º serão encaminhados em meio magnético, juntamente com o original impresso autografado pelo(a) Prefeito(a), na forma em que se constituirá na Lei de Orçamento, após aprovação pela Câmara Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

§5º. O Poder Executivo enviará, também, à Câmara Municipal, juntamente com os documentos referidos no parágrafo anterior e igualmente em meio magnético, a despesa discriminada por elemento da despesa, com a finalidade exclusiva de subsidiar a análise do projeto de Lei orçamentária.

Art. 7º. O projeto de Lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2027, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

Art. 8º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada.

Art. 9º. O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do §3º do artigo 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 10º. A Lei orçamentária para o exercício financeiro de 2027 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

I. realização de receitas não previstas;

II. disposições legais em nível federal, estadual ou Municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas e

III. adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.

Parágrafo único: A adequação da despesa à receita, de que trata o "caput" deste artigo, decorrente de qualquer das situações previstas nos incisos I, II e III, implicará a revisão das metas e prioridades para o exercício de 2027.

Art. 11. Em conformidade com o disposto no artigo 48 da Lei Complementar 101/2000, e visando à transparência da gestão fiscal, a Secretaria Municipal de Planejamento, em conjunto com a Secretaria de Fazenda e a Controladoria Geral do Município, deverá assegurar a ampla divulgação dos instrumentos de planejamento, orçamento e prestação de contas, inclusive em meio eletrônico por meio de sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo, as informações legalmente consideradas confidenciais.

Art. 12. A abertura de créditos adicionais suplementares deverá observar os limites estabelecidos em lei e será realizada mediante o cancelamento total ou

parcial de dotações, com vistas à otimização dos objetivos das atividades-meio ou à viabilização dos resultados almejados nos programas, devendo ser devidamente justificada e encaminhada à apreciação do Poder Legislativo quando implicar alteração da programação finalística do governo constante do Anexo de Metas e Prioridades.

Art. 13. Nos termos dos artigos 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, mediante decreto, Créditos Adicionais Suplementares no limite máximo de até 25% (vinte e cinco por cento) do total geral da despesa fixada, para a Administração direta, indireta e Câmara Municipal.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite os créditos suplementares destinados a suprir insuficiência nas dotações para atender as despesas de pessoal, encargos sociais, inativos e pensionistas;

Art. 14. Na programação de novos investimentos dos órgãos da Administração Direta e dos Fundos, serão observadas as determinações do §5º do art. 5º e do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, na forma a seguir:

I. a conservação do patrimônio público e os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos; e

II. não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento, cuja execução tenha ultrapassado trinta e cinco por cento até o exercício financeiro de 2027.

Art. 15. As despesas obrigatórias de caráter continuado, definidas no art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000, e as despesas relativas a projetos em andamento, cuja autorização decorra de relação contratual anterior, terão prioridade na alocação de recursos orçamentários, podendo ser empenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos, na forma da legislação vigente.

Art. 16. A execução orçamentária e financeira da despesa poderá ser efetuada de forma descentralizada, para atender à necessidade de otimização administrativa visando à consecução de objetivo comum que resulte no aprimoramento da ação de Governo.

Art. 17. Após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo divulgará, em até trinta dias úteis, por unidade orçamentária de cada Órgão, Fundo e Entidade que integram os orçamentos de que trata esta Lei, o detalhamento da despesa, especificando para cada categoria da programação e grupos da natureza da despesa, os respectivos desdobramentos em consonância com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações, para fins de execução orçamentária, conforme artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

Art. 18. O detalhamento da despesa da Câmara Municipal, para fins de execução orçamentária, será aprovado e estabelecido por ato próprio de seus dirigentes, obedecidas às dotações constantes da Lei Orçamentária.

Art. 19. É vedada a inclusão, na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais suplementares, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 16, para clubes e associações de servidores, e de dotações a título de subvenções, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, das seguintes atividades:

I. de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação e que estejam devidamente registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II. de desenvolvimento e promoção do turismo e cultura, inclusive àquelas relacionadas aos festejos populares;

III. de atividades desportivas, em qualquer das suas modalidades e degraus;

IV. de promoção do civismo e educação política;

§1º. Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá comprovar seu regular funcionamento, nos termos da legislação vigente, bem como a regularidade de sua diretoria e de sua situação fiscal e jurídica.

§2º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

§3º. A entidade beneficiada pelo Município prestará contas à Controladoria Geral do Município da correta aplicação da subvenção recebida, não podendo receber outro benefício, antes do cumprimento dessa obrigação.

§4º. A concessão de benefício de que trata o "caput" deste artigo deverá estar definida em Lei específica.

Art. 20. A Lei de Orçamento Anual conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal equivalente a, no mínimo, 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida, destinada aos passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Art. 21. Em cumprimento ao disposto no "caput" e na alínea "e" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a alocação dos recursos na Lei orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

CAPÍTULO V

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 22. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a Previdência Social.

Art. 23. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 24. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 25. O Poder Executivo e o Poder Legislativo terão como limite, na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, o disposto na Constituição Federal e nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo único: O disposto no §1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa com pessoal.

Art. 26. Em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000, com a proposta orçamentária, será encaminhado quadro contendo o quantitativo de pessoal por unidade administrativa da estrutura básica dos órgãos da Administração Pública, discriminando o nível de escolaridade.

Parágrafo único: Para cumprimento do disposto no "caput", deste artigo, os órgãos da Administração Direta e dos Fundos Municipais, bem como a Câmara Municipal, remeterão dados à Secretaria de Planejamento com as respectivas propostas orçamentárias até a data limite de 30 de julho de 2026.

Art. 27. Ficam autorizadas tanto a revisão geral das remunerações, assim como dos subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos e pensionistas dos Poderes Executivos e Legislativo Municipal, suas Autarquias e Fundações Públicas cujo percentual será definido em Lei específica e, em atendimento ao disposto no Inciso II do §1º do artigo 169 da Constituição Federal, assim como ficam autorizados, em concessões de quaisquer vantagens, criação de cargo, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e

mantidas pelo Poder Público, também por Lei específica, e estudo de impacto orçamentário, observadas as demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO VII

DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL, E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 28. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo, do Poder Executivo e seus órgãos, de Administração Direta e Indireta.

Art. 29. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de assistência social, previdência social e saúde, obedecerá ao definido nos art. 165, §5º, III; 194 e 195, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 30. O orçamento da seguridade social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e assistência social.

Parágrafo Único: O orçamento da seguridade social incluirá os recursos necessários às aplicações em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto na Constituição Federal e na legislação vigente aplicável ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Art. 31. O orçamento fiscal assegurará a aplicação de no mínimo 25% da receita de impostos, incluídas as transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e da legislação vigente aplicável à matéria.

CAPÍTULO VIII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32. As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

I. considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de Lei Orçamentária ao Legislativo Municipal, especialmente a Lei Municipal 701/2002 que instituiu o PDEM-BP, e

II. considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de Lei encaminhados à Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício, especialmente sobre:

a) Revisão da legislação dos tributos municipais (impostos, taxas e contribuições);
b) Revisão do Código Tributário Municipal;
c) Majoração de alíquotas dos tributos municipais;

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

d) Extinção e redução de incentivos ficais;
e) Extinção e redução de isenções dos tributos municipais;
f) Encargos incidentes sobre os tributos inadimplidos;
g) Correção monetária;
h) Parcelamentos dos créditos de natureza tributária e não tributária;
i) Transação Tributária;
j) Contribuições sociais destinadas à seguridade social;
k) Concessão de benefícios de caráter geral;
l) Extinção da cobrança de taxas e receitas de serviços pela execução de atividades sob regime de concessão.

§1º. A possível alteração da receita de que dispõe o "caput" deste artigo, deverá obedecer ao disposto nos artigos, 12, 16 e incisos, e 41, deste diploma legal, bem como às demais legislações aplicáveis.

Art. 33. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 32 desta Lei, ou estas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decretos, na hipótese de previsão de despesa na Lei de Orçamento Anual.

Art. 34. A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor após o atendimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo estar acompanhada da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e das medidas de compensação cabíveis.

Art. 35. A concessão de incentivos fiscais às empresas que venham a se instalar no Município de Barra do Piraí dependerá de lei específica, observadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas aplicáveis.

Art. 36. A concessão de anistia, remissão ou qualquer forma de benefício tributário dependerá de lei específica, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e observância das disposições da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 37. O Poder Executivo implementará medidas de caráter normativo e administrativo destinadas ao aprimoramento da gestão, fiscalização e arrecadação das receitas públicas municipais, em conformidade com a legislação vigente, visando ao equilíbrio fiscal e à otimização dos recursos públicos.

CAPÍTULO IX

DAS DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

Art. 38. Para fins de controle de custos dos produtos realizados e de avaliação dos resultados dos programas implementados, deverão ser aprimorados pelos órgãos executores os processos de contabilização de custos diretos e indiretos dos produtos e desenvolvidos métodos e sistemas de informação que viabilizem a aferição dos resultados pretendidos, em cumprimento ao que estabelece o art. 4º, inciso I, alínea *e*, da Lei Complementar 101/2000.

APÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. As propostas de emendas ao projeto de Lei orçamentária, ou aos projetos de Lei que o modifiquem, somente poderão ser apreciadas se apresentadas com a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei e a indicação dos recursos compensatórios correspondentes.

Art. 40. As emendas ao projeto de Lei orçamentária para 2027, ou aos projetos de Lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, em cumprimento ao disposto no §3º, e incisos do artigo 166 da Constituição Federal, devem atender às seguintes condições:

I. Serem compatíveis com os objetivos do Plano Plurianual para o quadriênio de 2026/2029 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei;

II. Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) Dotações para pessoal e seus encargos;
b) Serviço da dívida ou

III. Sejam relacionados:

a) Com a correção de erros e omissões;
b) Com os dispositivos do texto do Projeto de Lei;
c) Com os demais dispositivos aplicáveis, previstos nesta Lei;

Art. 41 As emendas ao projeto de Lei de Orçamento Anual deverão considerar ainda a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida Municipal de empréstimos internos e externos.

Art. 42. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e da Secretaria Municipal de Planejamento, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares, julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

Art. 43. Em consonância com o que dispõe o §5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o(a) Prefeito(a) enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de Lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 44. Se o projeto de Lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2026, sua programação poderá ser executada, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, constantes da proposta orçamentária.

§1º. Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde e educação, bem como aquelas relativas à pessoal e seus encargos, ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 45. Respeitando o disposto no art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.

Parágrafo único: As efetivações dos aumentos destacados no CAPUT deste artigo dependerão de cálculo a ser realizado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação.

Art. 46. Para cumprimento das determinações do §3º do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, são consideradas irrelevantes as despesas inferiores aos limites previstos no art. 75, da Lei nº 14.133, 01 de abril 2021, e suas alterações posteriores.

Art. 47. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária anual, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a austeridade necessária à aplicação das metas de resultado primário e nominal, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único: As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do "caput" deste artigo, pelo setor contábil através de publicação no diário oficial municipal, nos termos das determinações constantes do art. 13 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 48. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados

para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” do Poder Executivo e do Poder Legislativo, observando a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

§1º. Não será objeto de limitação de empenho as despesas destinadas a pagamento de serviço da dívida e dos precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais, e ainda as destinadas ao pagamento de horas extras a setores que prestem relevantes serviços públicos, como segurança, limpeza urbana, saúde e fiscalização.

§2º. Na hipótese de ocorrência do disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que caberá a cada um destes na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo, bem como das premissas e da justificativa do ato.

§3º. O Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão divulgar os ajustes processados, discriminado por órgão.

§4º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, §1º, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 49. Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, de acordo com as disciplinas legais vigentes.

Parágrafo único: Na proposta Orçamentária, as categorias de programação através das quais serão executadas as despesas referentes aos projetos e às atividades-fim, deverão estar estruturadas de forma a permitir a efetiva contabilização dos custos das ações do Plano Plurianual cuja execução ocorrer naquele exercício.

Art. 50. A Lei Orçamentária para o exercício de 2027 poderá conter autorização para a realização de operações de crédito, nas formas previstas na legislação vigente, observados os limites e condições estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000, mediante prévia autorização legislativa específica.

Art. 51. Em razão de eventuais descontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Legislativo Municipal, reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que tratam o §5º, do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 52. O projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais regularmente apresentados, conforme informações do Poder Judiciário, em conformidade com o art. 100 da Constituição Federal.

Art. 53. O pagamento de precatórios judiciais observará o disposto no art. 100 da Constituição Federal e o regime constitucional vigente, devendo ser

CÂMARA MUNICIPAL
DE BARRA DO PIRAÍ

assegurada dotação orçamentária específica para sua quitação no exercício de 2027.

§1º. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios observará a ordem cronológica de apresentação, a natureza dos débitos e as demais disposições constitucionais aplicáveis.

§2º. A atualização monetária dos precatórios observará os índices e critérios estabelecidos pela legislação constitucional e decisões judiciais vigentes.

§3º. O pagamento das requisições de pequeno valor será realizado conforme legislação municipal específica, observados os limites constitucionais.

Art. 54. A Lei Orçamentária consignará dotação específica para o pagamento das requisições de pequeno valor, nos termos da legislação vigente.

Art. 55. Na hipótese de o montante dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício de 2027 ser inferior ao valor estimado, o Poder Executivo poderá promover ajustes na programação orçamentária, observadas as disposições legais vigentes.

Art. 56 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2027.

Barra do Piraí, 16 de julho de 2026.

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

MENSAGEM Nº 35/2026

PROJETO DE LEI Nº 98/2026

AUTOR: PODER EXECUTIVO

Esta lei e seu caderno de anexos estão disponíveis no Portal da Transparência.
Acesso em: https://barradopirai.geosiap.net.br/portal-transparencia/publicacoes

15

ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA BARRA DO PIRAÍ
ORGULHO DE SER BARRENSE | Secretaria Municipal de Saúde | SUS

PORTARIA 016/2026 – LICENÇAS MÉDICA APROVADAS

Nome	Tipo de Licença	Prazo (DIAS)	A partir de
ALINE OLIVEIRA TEIXEIRA	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	13/06/2026
ANGLEIA DA SILVA BARBOSA	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	27/06/2026
CARLA ELIZABETHE BRANDAO AMARAL	LICENÇA MEDICA	44	22/05/2026
CINTIA ALVES DELLEPRANE PIRES	LICENÇA MEDICA - PRORROGAÇÃO	38	01/06/2026
CLARICE CRISTINA PEREIRA PERES DA SILVA	LICENÇA MEDICA - PRORROGAÇÃO	30	16/06/2026
DANIELA MARA BAPTISTA DA SILVA	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	11/06/2026
ELIZA SANTOS DE SOUSA	LICENÇA MEDICA	30	25/05/2025
ELIZA SANTOS DE SOUSA	LICENÇA MEDICA - PRORROGAÇÃO	30	24/06/2026
ELIZABETE LOURENÇO DA SILVA	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	12/05/2026
FABIOLA DA SILVA KUHN PEREIRA	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	05/06/2026
GEISAINE SANTIAGO DE SOUZA MOREIRA	LICENÇA MEDICA - PRORROGAÇÃO	90	01/06/2026
JULIA FIDELIS DA SILVA	LICENÇA MEDICA PRORROGAÇÃO COM ALTA	30	26/05/2026
LUCIENE TEIXEIRA PEREIRA	LICENÇA MEDICA	30	06/06/2026
MARCIA MIETHERHOFER	LICENÇA MEDICA	30	30/05/2026
MARIANNA GUIMARAES ALVES	LICENÇA MEDICA	30	15/06/2026
MARILIA SILVEIRA	LICENÇA MEDICA	60	25/05/2026
PRISCILA GERALDO SERAFIM	LICENÇA MEDICA - PRORROGAÇÃO	42	03/07/2026
RAMIRO JAIME FONSECA CAPATO	LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO FAMILIAR	60	25/06/2026
ROSA MARIA MEDEIROS NOBREGA	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	16/06/2026
SANDRA MARIA DA COSTA	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	24/06/2026
SILESIA ANDREIA MOREIRA	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	01/07/2026
TANIA MARIA LIMA PRADO	READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO	120	11/06/2026

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 072/2026

OBJETO: Contratação do show do artista Samba da Amendoeira, para apresentação na Festa Julina do Parque São Joaquim, no dia 19 de julho de 2026, à partir das 20 horas, com apresentação de 90 minutos, município de Barra do Pirai-RJ.
EMPRESA: MURILO DA SILVA MANSUR
CNPJ: 23.163.367/0001-21
PROCESSO N° BPD-020324-000194/2026
VALOR: A presente contratação importa no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: artigo 74 Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
Barra do Piraí

TADEU AUGUSTO SOUTO OLIVEIRA
Secretário Municipal de Turismo

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos dos pareceres da Controladoria e Procuradoria Geral do Município, aprovo a realização da Inexigibilidade de Licitação.
Registre-se, cumpra-se e publique-se.
Barra do Piraí,

KATIA CRISTINA MIKI DA SILVA
Prefeita Municipal

FAZENDA

MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ
Secretaria Municipal de Fazenda
Departamento de Receita Mobiliária e Recuperação - Travessa Assumpção, 69, Centro - CEP 27123-080 - Barra do Piraí/RJ - Brasil - Fones: (24) 2443-1088 ou (24) 2443-1102 - Ramal (207)

TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO

Número do Termo: 202646
Número da OS: 122
Contribuinte: CRM EXPRESS LTDA ME
Endereço: Rua João Batista, 20, LOJA 01, Nossa Senhora de Santana - Barra do Piraí - RJ - 27110-420
CNPJ: 06.028.561/0001-85
Inscrição Municipal: 2967801

Nos termos do disposto nos artigos 146, 147, 148 E 150 e seguintes do Código Tributário Municipal de Lei Municipal nº 379 de 28/11/1997 – CTM, cientificamos que se encontra o contribuinte/responsável tributário acima identificado, sob ação fiscal a partir da data de ciência deste termo.
A referida ação fiscal tem prazo de duração de até 60 (sessenta) dias, prorrogável, de acordo com os artigos 146, da Lei Complementar nº Lei Municipal nº 379 de 28/11/1997 (Código Tributário Municipal – CTM).
Para dar seguimento regular a este procedimento, fica desde já intimado (a) a apresentar a esta fiscalização, os documentos e livros listados neste termo, preferencialmente, de forma eletrônica e em formato compatível (xls, pdf e/ou doc) a depender do documento, no prazo fixado na intimação, prorrogável mediante apresentação de justificativa a ser analisada pelas autoridades fiscais condutoras deste procedimento.

Conforme prescreve o art. 195 do Código Tributário Nacional – CTN (Lei Federal nº 5172/66): "para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los".
Considera-se, também, o que dispõe o art. 195, inciso VII, do Código Tributário Nacional – CTN (Lei Federal nº 5172/66):
"mediante intimação, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação à bens, negócios ou atividades de terceiros:
[...]
VII – Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão do seu cargo, ofício, função, ministério, atividades ou profissão"

LIVRO, DOCUMENTOS FISCAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES

.....

O contribuinte/responsável tributário deverá prestar as informações solicitadas através do presente termo, sob pena lhe ser aplicada a penalidade prevista abaixo e mediante lavratura do Auto de Infração, sem prejuízo, das demais penalidades prevista no Código Tributário Municipal, inclusive, sujeição a regime especial de fiscalização, se o mesmo se negar a atender o presente termo.

PERÍODOS FISCALIZADOS

01/2024 a 01/2025

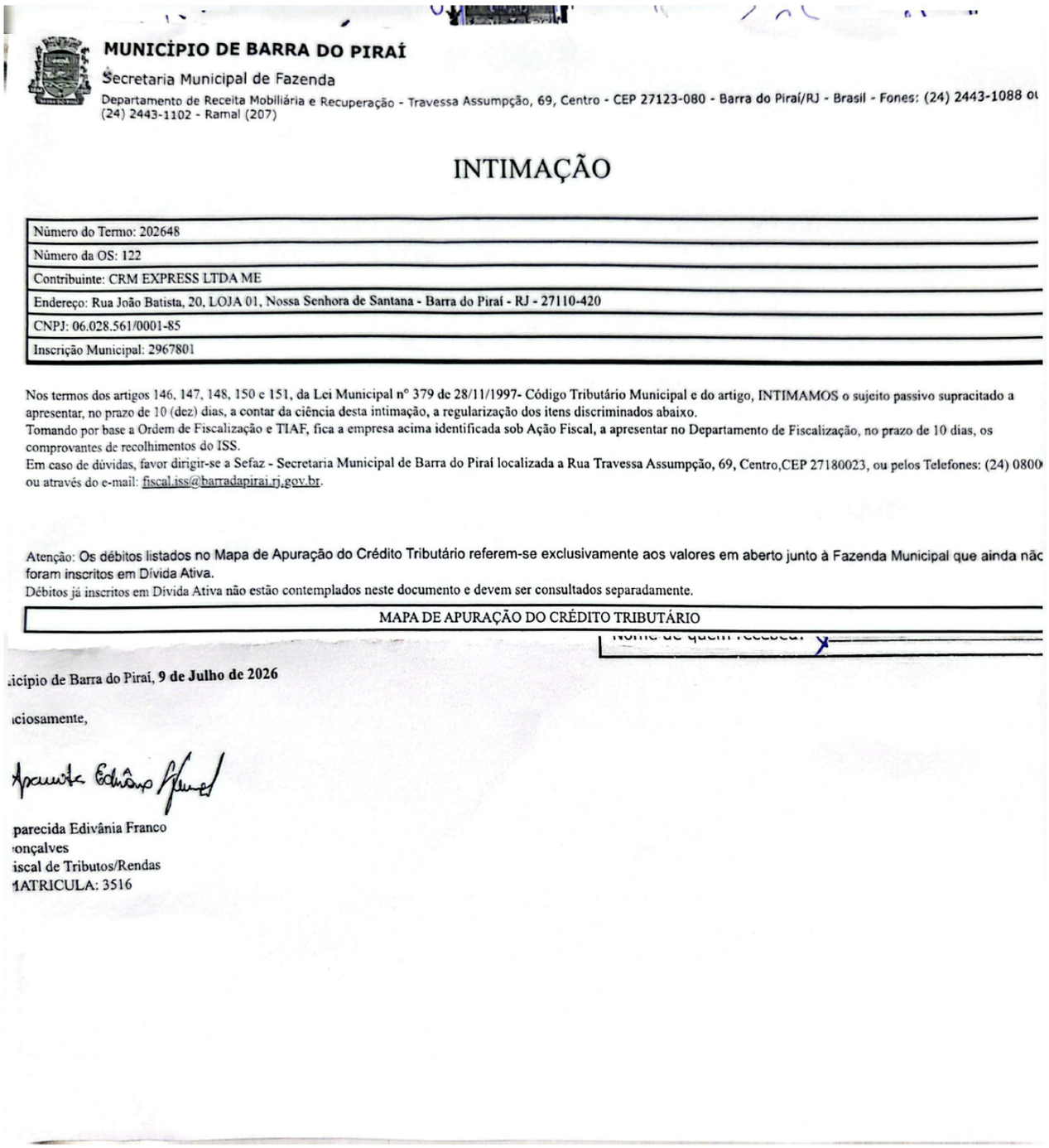
Recebido em: ___/___/_____ ___:___
Número AR: _____
Nome de quem recebeu: _____

Município de Barra do Piraí, **9 de Julho de 2026**

Atenciosamente,

Aparecida Edivânia Franco Gonçalves
Fiscal de Tributos/Rendas
MATRICULA: 3516

Digitalizado com CamScanner



MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ

Secretaria Municipal de Fazenda

Departamento de Receita Mobiliária e Recuperação - Travessa Assumpção, 69, Centro - CEP 27123-080 - Barra do Piraí/RJ - Brasil - Fones: (24) 2443-1088 ou (24) 2443-1102 - Ramal (207)

INTIMAÇÃO

Número do Termo: 202648
Número da OS: 122
Contribuinte: CRM EXPRESS LTDA ME
Endereço: Rua João Batista, 20, LOJA 01, Nossa Senhora de Santana - Barra do Piraí - RJ - 27110-420
CNPJ: 06.028.561/0001-85
Inscrição Municipal: 2967801

Nos termos dos artigos 146, 147, 148, 150 e 151, da Lei Municipal nº 379 de 28/11/1997- Código Tributário Municipal e do artigo, INTIMAMOS o sujeito passivo supracitado a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência desta intimação, a regularização dos itens discriminados abaixo.
Tomando por base a Ordem de Fiscalização e TIAF, fica a empresa acima identificada sob Ação Fiscal, a apresentar no Departamento de Fiscalização, no prazo de 10 dias, os comprovantes de recolhimentos do ISS.
Em caso de dúvidas, favor dirigir-se a Sefaz - Secretaria Municipal de Barra do Piraí localizada a Rua Travessa Assumpção, 69, Centro,CEP 27180023, ou pelos Telefones: (24) 0800 ou através do e-mail: fiscal.iss@barradapirai.rj.gov.br.

Atenção: Os débitos listados no Mapa de Apuração do Crédito Tributário referem-se exclusivamente aos valores em aberto junto à Fazenda Municipal que ainda não foram inscritos em Dívida Ativa.
Débitos já inscritos em Dívida Ativa não estão contemplados neste documento e devem ser consultados separadamente.

MAPA DE APURAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Nome de quem recebeu: X

icípio de Barra do Piraí, **9 de Julho de 2026**

iciosamente,

parecida Edivânia Franco
onçalves
iscal de Tributos/Rendas
MATRICULA: 3516

Digitalizado com CamScanner